

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS (CSR)

no Sector Petrolífero em Angola:

Estudo de Assistência Técnica do Banco Mundial



Janeiro 2003

Amanda Blakeley, Banco Mundial

com

Jorge Araújo, Banco Mundial

Filippo Nardin, Consultor

Eddie Rich, Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID)

OBJECTIVO

O Grupo do Banco Mundial está a estabelecer uma parceria com o Governo de Angola (GoA), com o sector privado e sociedade civil do país, que visa prestar assistência técnica destinada a reforçar a responsabilidade social das empresas (CSR) do programa do sector petrolífero. O sector petrolífero compreende todas as empresas, públicas e privadas, que negociam em petróleo em Angola. Integrada nesta assistência, realizou-se uma missão do Banco Mundial a Angola entre 20 e 26 de Outubro de 2002, para recolha de dados, análise da experiência existente com a responsabilidade social das empresas (CSR) no sector do petróleo, e consulta com os principais intervenientes. Os objectivos eram os seguintes:

- (1) Determinar a receptividade do GoA e das companhias petrolíferas para cooperarem entre si no sentido de se encontrarem soluções para as necessidades de desenvolvimento do país e de se otimizar o investimento social através de actividades de responsabilidade social das empresas (CSR);
- (2) Identificar as prioridades estratégicas comuns do GoA e das companhias petrolíferas no que respeita às actividades de CSR;
- (3) Identificar as contribuições de cada sector para a resolução das áreas prioritárias (i.e. as competências essenciais de cada um deles) e, por fim,
- (4) Preparar um projecto de proposta de assistência técnica de CSR para o GoA relacionado com o sector petrolífero angolano.

Até à data, as discussões centraram-se em torno de quatro questões de CSR relevantes para o sector do petróleo:

- (1) “Capacidade de Angola” – projectos de colaboração destinados a desenvolver as qualificações e formação locais bem como um mercado de oferta local em áreas de importância para o sector do petróleo;
- (2) Transparência e boa governação;
- (3) Soluções encontradas cooperativamente destinadas a fornecer energia económica à população de Angola com acesso restrito à energia (a população pobre);
- (4) Desenvolvimento social e comunitário.

Este estudo, submetido ao Ministério do Petróleo e ao Ministério do Plano, recomenda que se avance com uma combinação das questões pertinentes à “Capacidade de Angola” e à transparência, e à exploração de interesse no desenvolvimento social e comunitário. Serão também enviadas cópias à Sonangol, ao Ministério da Indústria e ao Ministério da Educação, e distribuídas entre os outros homólogos principais com quem nos encontramos durante a missão de identificação. Com base nas respostas recebidas, a equipa passará então às fases seguintes da assistência técnica já planeadas.

SECTOR PETROLÍFERO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS (CSR) EM ANGOLA

A Responsabilidade Social das Empresas (CSR) é o compromisso das empresas contribuírem para o desenvolvimento económico sustentável – actuando com os funcionários, suas famílias e comunidade local e sociedade em geral para melhorarem a qualidade de vida de uma forma que seja simultaneamente positiva para o negócio e para o desenvolvimento. Em termos de ciência política, CSR implica:

- uma gestão responsável dos negócios de uma empresa relativamente aos intervenientes internos;
- o seu papel relativamente ao estado, a nível local e nacional, bem como às instituições ou padrões inter estaduais; e
- o seu papel como um membro responsável da sociedade em que está a funcionar e da comunidade global.

A sua função principal envolve o negócio central da empresa em relação aos seus intervenientes internos (accionistas, gestores, funcionários, clientes e fornecedores). Tal significa assegurar a boa ordem da casa em termos de administração empresarial, responsabilidade pelo produto, condições de emprego, direitos dos trabalhadores, formação profissional e educação.

A segunda função inclui o cumprimento da legislação relevante, e a responsabilidade da empresa como contribuinte fiscal, assegurando assim o bom funcionamento do estado - ao fim e ao cabo, não faz muito sentido que uma empresa voluntariamente financie bolsas de estudo se, ao mesmo tempo, não pagar os impostos que permitam o funcionamento do Ministério da Educação. Inclui também o fornecimento de uma perspectiva empresarial que possa contribuir para uma política oficial – neste caso, para a concepção de um curriculum e de práticas pedagógicas, centradas nas qualificações e atitudes que serão necessárias para que Angola se torne competitiva.

Um terceiro papel de uma empresa, enquanto membro de uma sociedade, tem também um carácter multifacetado. Aqui incluem-se as relações da empresa com as pessoas e ambiente nas comunidades onde funciona e para onde exporta. Frequentemente, a este nível, a CSR é entendida como uma transferência de recursos financeiros de um negócio para uma actividade recomendável, se bem que uma contribuição financeira por si só não consiga tirar partido das contribuições mais valiosas que uma companhia tem que prestar. Esta terceira função presta-se bem a acordos de parceria: voluntários, multi-sectoriais, consensuais, baseados em objectivos comuns e a noção de ‘competências essenciais complementares’, em que cada uma das partes fornece recursos derivados das suas actividades fundamentais os quais complementam os prestados pelos outros actores, resultando em melhorias conjuntas para os resultados planeados.¹

¹ For more on these partnership approaches to CSR, see ‘Putting Partnering to Work’, the final report from Business Partners for Development, at <http://www.bpdweb.org/>

O facto de Angola ser um país subjugado pela pobreza com uma economia dominada pelo petróleo torna este processo mais complicado tanto para as empresas como para o Governo. Angola produz cerca de 1 milhão de barris de óleo por dia. É provável que as taxas de produção dupliquem durante a próxima década. A surpreendente taxa de crescimento estimada para Angola de 18% em 2002² deve-se quase exclusivamente ao facto de mais de metade do seu PIB ser atribuível à indústria de petróleo e gás, que é responsável por mais de 90% das exportações de Angola e por cerca de 90% das receitas públicas. Em textos económicos, a supremacia dos recursos naturais tradicionalmente conduz a três impactos que são facilmente identificáveis no caso de Angola:

- Angola é uma vítima clássica da Doença Holandesa [**Dutch Disease**] (DD). Por outras palavras, o surto do petróleo levou à tendência de se apreciar a taxa de câmbio real o que contribuiu para a diminuição da competitividade dos sectores não dependentes de recursos naturais, ou sectores comerciais (predominantemente agricultura e indústria transformadora). Este aspecto foi extraordinariamente agravado por 35 anos de guerra civil em que a produção ficou reduzida por causa da deslocação das populações, destruição das infra-estruturas, instabilidade, banditismo e minas. Para além deste clima empresarial difícil e complexo em Angola, há a acrescentar a herança de séculos de colonização e planeamento central burocráticos.
- A predominância das receitas do petróleo reduziu os incentivos do governo para depender de receitas fiscais não relacionadas com o petróleo para o financiamento das suas actividades. Isto significa que a relação entre o Governo de Angola e o seu povo está menos fundamentada no “contrato social” normal decorrente de um sistema de tributação mais adequado.
- Aumentou o potencial para um **comportamento que procura subornos** – ou seja, só os que têm acesso ao sector do petróleo podem beneficiar, criando assim os incentivos para favores políticos e falta de transparência.

Estes impactos são exacerbados se, como é o caso da situação em Angola, as operações petrolíferas estão principalmente localizadas offshore, tornando a oferta local e os serviços de apoio menos competitivos. De registar que a exploração e produção de petróleo bem como a produção de GLN estão a deslocar-se cada vez mais para a zona continental.

Como consequência, Angola apresenta um índice cada vez pior de todos indicadores de desenvolvimento. Em 2000, a UNICEF declarou Angola como o pior país do mundo para se nascer. No ano seguinte, o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD para Angola era 146 dos 162 países analisados, apesar do seu PIB relativamente elevado. A guerra deslocou quase 4 milhões da sua população de 12,8 milhões. A expectativa de vida é 46 enquanto apenas 1 em cada 4 mulheres é alfabetizada e menos de 1 em cada 3 pessoas tem acesso a água potável. A situação humanitária em Angola é nitidamente desoladora.

² IMF staff estimates.

Apesar destas circunstâncias existem indícios seguros de que esta pode ser a “oportunidade de ouro”³ para Angola em termos de desenvolvimento e competitividade económica:

- foi declarado um cessar-fogo em 4 de Abril de 2002 e existe uma convicção generalizada que, desta vez, o processo de paz é irreversível;
- podem realizar-se eleições gerais em 2004 e, com uma sociedade civil mais sonora e activa e uma estrutura salarial melhorada do sector público, é maior o incentivo para um governo responsável e que tenha que justificar os seus actos;
- o país vai precisar de demonstrar uma gestão macroeconómica sólida e transparente caso pretenda atrair condições vantajosas para os juros sobre o actual défice de tesouraria e sobre os projectos propostos dentro e fora do sector petrolífero;
- há leves sinais que existe um esforço concertado do Governo para melhorar o clima de investimento e a transparência, referindo-se a propósito a uma auditoria efectuada por Ernst & Young em 2000 do Banco Central do país e em 2001 das empresas associadas com a ENDIAMA, a empresa pública concessionária de diamantes; um estudo do sector de diamantes; a nomeação de Crown Agents para assistirem na modernização dos serviços alfandegários do país; a missão, em 2001, entregue a KPMG para efectuarem um diagnóstico do sector petrolífero com as respectivas recomendações para melhorar os mecanismos destinados a fiscalizar mais correctamente as receitas; e em Setembro de 2002, o Ministério das Finanças publicou na sua página da Internet números recentes sobre as receitas do petróleo;
- existem relativamente poucas companhias petrolíferas de uma certa dimensão a funcionar em Angola, o que faz com que uma acção coordenada conjunta seja uma possibilidade francamente real.

Até à data, a maior parte da actividade de CSR das companhias petrolíferas em Angola tem-se concentrado em respostas humanitárias sob um ponto de vista quase filantrópico. Reconhecendo que se trata de uma oportunidade única para causar um impacto no objectivo comum de paz e desenvolvimento em Angola, as companhias parecem estar potencialmente prontas a elevarem a participação na CSR a um nível mais estratégico, desde que vejam um comprometimento real do GoA na busca de uma parceria mais eficiente e transparente com as companhias petrolíferas.

A experiência de outros países indica que uma parceria estratégica e estruturada que vise alistar as capacidades das empresas em conjunto com as do governo e da sociedade civil pode produzir melhores resultados tanto para as comunidades como para as empresas e, no contexto de Angola, pode fornecer um impulso significativo aos esforços destinados a consolidar o actual cessar-fogo. O princípio subjacente de uma abordagem mais estratégica da CSR reside no conceito de que todos os parceiros explorem as suas competências essenciais – respectivos recursos, conhecimentos e habilitações complementares – para em conjunto solucionar as complexidades que circundam o

³ This phrase was coined during a speech delivered by President José Eduardo dos Santos in occasion of the signing of the cease-fire agreement between Government of Angola and UNITA, April 4, 2002.

desenvolvimento social. É bastante diferente das abordagens tradicionais, caridosas que habitualmente caracterizavam a responsabilidade social das empresas, em que se esperava que as companhias contribuíssem apenas com dinheiro. As competências essenciais podem incluir o financiamento do **sector privado**, gestão de projectos e financeira, IT e conhecimentos especializados de engenharia; a coordenação ou capacidade estratégica para encontrar fontes de financiamento para o **sector público** e respectiva supervisão; a capacidade das ONGs identificarem questões relevantes na área social e ambiental e mobilizarem a participação da comunidade local para ajudar a resolvê-las.

QUESTÃO Nº 1 DA CSR: “CAPACIDADE DE ANGOLA”

Este assunto divide-se em duas categorias: Angolanização e desenvolvimento do mercado local de oferta.

Angolanização:

A partir de 1982, e consistentemente ao longo dos anos, o GoA promulgou legislação com o intuito de estabelecer metas para a contratação de funcionários locais, que têm que ser acatadas pelas companhias petrolíferas estrangeiras. Entre 2002 e 2010 as companhias petrolíferas são obrigadas a aumentar os seus funcionários angolanos de 70% para 90% da totalidade dos seus efectivos a trabalharem em Angola. Este processo é conhecido com “Angolanização”. As metas de contratação de funcionários baseiam-se nos níveis profissionais: (1) será necessária uma “Angolanização” de 100% para os trabalhadores não qualificados, tais como motoristas, zeladores, etc., (2) de 80% para os trabalhadores de nível médio, como por exemplo agentes de viagem, maquinistas, etc., e (3) uma “Angolanização” de 70% para os funcionários de nível mais elevado, tais como gestores, geólogos, engenheiros, etc.

Se bem que muitas companhias tenham já cumprido a meta estabelecida para trabalhadores não qualificados, a verdade é que estão a encontrar mais dificuldade em satisfazer as metas impostas para os funcionários de nível mais elevado. Há falta de mão-de-obra qualificada e devidamente formada em Angola. Várias companhias petrolíferas estão a oferecer programas de formação de funcionários de nível médio e superior em universidades dos seus países de origem. Uma vez concluídos os estudos, um certo número de formandos resolve ficar no estrangeiro onde podem ter mais hipóteses de sucesso. Os outros regressam a Angola e são contratados pelas companhias. Na falta de dados fiáveis sobre a percentagem de estudantes que regressam, as companhias petrolíferas continuam a promover este tipo de programas onerosos, afirmando no entanto que o fazem pela falta de oportunidades de darem formação profissional localmente aos seus funcionários segundo critérios eficazes em função do custo.

Por outro lado, existe um consenso global e está a esboçar-se um esforço entre as companhias petrolíferas, o Governo (com o Ministério do Petróleo a liderar o movimento) e outras instituições de desenvolvimento no sentido de se adoptar um

método compreensivo relativamente ao problema de desenvolvimento da capacidade humana, habilitações e formação dos Angolanos, que se traduz tanto na reconsideração da estratégia de mandar estudantes para o estrangeiro como no melhoramento da infra-estrutura do ensino em Angola. Se bem que alguns estejam centrados na necessidade de habilitações directamente relacionadas com o sector petrolífero, como por exemplo engenharia de petróleo, geologia, sismologia, etc., já outros vêem os benefícios de se criar uma base de qualificações ampla e diversa, incluindo formação em matemáticas gerais, ciências e condução de negócios bem como habilitações mais técnico-comerciais tais como construção naval, soldadores, etc. Esta formação iria apoiar o sector de serviços petrolíferos bem como outros potenciais sectores de crescimento para Angola.

O Ministério do Petróleo e a Sonangol estão a presidir a um consórcio de intervenientes públicos e privados para se encontrar uma solução para o problema da Capacidade de Angola. Começou em Fevereiro de 2002 e reúne-se mensalmente. Espera-se a elaboração de um relatório no princípio de 2003. Representantes dos Ministérios do Petróleo e da Indústria discursaram em Houston, no dia 21 de Outubro de 2002, sobre a necessidade de uma maior Angolanização no sector do petróleo.⁴

Várias pessoas são de opinião que o papel certo para a Equipa CSR do Banco Mundial deverá ser apoiar os esforços de sustentabilidade. **Se bem que o Banco Mundial não endosse necessariamente as metas de Angolanização, o Banco pode servir de elemento catalizador de investimento a longo prazo destinado à educação e formação do povo Angolano.** É essencial que as aptidões identificadas possam ser transferidas para outros sectores industriais, se se tiver em conta os interesses de desenvolvimento a longo prazo de Angola. O Banco pode também ter um papel importante ao encorajar o uso de competências essenciais suplementares neste processo cooperante. Se a agenda do programa for concebida cuidadosamente de modo a reflectir os alvos de cada sector e empregar os recursos mais apropriados que cada um deles puder dispor, tal irá contribuir para uma proposta mutuamente vantajosa, em que todos têm a ganhar. O sucesso será muito inferior se as companhias sentirem que estão a ser forçadas a cumprir padrões artificiais e arbitrários impostos pelo Governo. As companhias têm potencial para despenderem mais tempo e esforços na identificação de brechas do que na procura de modos para contribuírem para uma visão comum.

Aquisições Locais:

Uma outra questão fundamental, que tem o acordo das empresas e do Governo, é a necessidade de se desenvolver um mercado local de oferta em Angola. A prática comum entre as companhias petrolíferas é importar tudo o que precisam, desde as bóias que mantêm as plataformas firmes, aos navios petroleiros até aos alimentos e água que os seus funcionários precisam para comer e beber. E isso porque não conseguem encontrar bens e serviços de alta qualidade, a um preço competitivo no mercado local, se é que existe.

⁴ Augusto Alfredo, "Petróleos procuram maior angolanização do sector", *Jornal de Angola: Economia*, p. 9 (see Annex 4).

Vários factores contribuem para o subdesenvolvimento da actividade comercial local: 80% dos Angolanos trabalham no sector informal; as pequenas empresas não têm acesso ao capital; a maioria dos empresários tem poucas qualificações, baixos níveis de instrução e nenhuma experiência anterior; não está a funcionar nenhum sistema de justiça que se ocupe dos interesses comerciais, direitos de propriedade de terra, etc.

Discutiu-se também a necessidade de se aumentar a capacidade para as mais elementares operações, em vez de apenas se aumentarem as competências a nível mais alto. Os mercados locais de oferta precisam de entrar no negócio de manutenção de plataformas de petróleo. Será uma actividade a mais longo prazo do que dirigir toda a capacidade para a construção de plataformas de petróleo a qual terá uma vida limitada.

Estamos cientes que a Câmara de Comércio de Angola está a trabalhar na questão da Capacidade de Angola ao reunir companhias locais de serviços. Se bem que não tivéssemos tido a oportunidade de um encontro durante esta viagem, estamos convencidos que serão um parceiro potencial nesta experiência piloto.

QUESTÃO Nº 2 DA CSR: TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNAÇÃO

Actualmente, a indústria petrolífera angolana é o alvo principal de uma campanha internacional, que envolve os governos e a sociedade civil tanto no norte como no sul, e muitas empresas petrolíferas principais, que tem por objectivo a criação de um enquadramento que imponha maior transparência nas indústrias extractivas. Em resumo, muitas das organizações da aliança estão a pressionar as empresas para que tornem público os pagamentos que fazem ao GoA. Esta iniciativa é resultado da aparente falta de transparência e má gestão económica, referida em determinados documentos tais como “A Crude Awakening (2000)” “All the President’s Men (2002)” da Global Witness. O Índice de Observação de Corrupção na Transparência Internacional, na sua ronda de 2002, colocava Angola entre os cinco países mais corruptos (de uma lista de 102 países) segundo a perspectiva de empresários, analistas de risco e do público em geral.

A sensação generalizada é que o GoA está mais preocupado com a pressão nacional do que com a internacional. Os Angolanos têm tendência a acreditar que a imprensa e comunidade internacionais distorcem os problemas. Existe um certo consenso interno que os dinheiros supostamente desviados durante os anos da guerra civil possam ter sido necessários para a defesa da população. Agora que a guerra acabou, e na linha deste pensamento, é a altura certa para se levantarem as questões de transparência e de responsabilização.

Este relatório não comenta sobre a validade ou não desses relatórios e não era essa a função da missão. O nosso propósito é contemplar esta questão numa perspectiva de assegurar que as receitas do petróleo sejam geridas de forma a conseguir-se o melhor benefício social possível. Em qualquer país, a transparência é um ingrediente chave para esta receita.

Todas as empresas com quem falámos afirmaram veementemente que cumpriam integralmente os termos das suas operações estabelecidos no respectivo Acordo de Partilha de Produção (PSA). Quaisquer informações para além do próprio PSA podiam violar as cláusulas sobre confidencialidade contidas no PSA. Várias companhias admitiram que a falta de práticas empresariais transparentes em Angola era prejudicial para a sua reputação internacional. No entanto, as companhias estão unanimemente relutantes em interferir nos assuntos do estado e levantar esta questão. “Não é exactamente o papel de uma companhia petrolífera estrangeira dizer ao GoA como desempenhar as suas funções.” As companhias petrolíferas internacionais estariam dispostas, em princípio, a divulgar os pagamentos que fizeram ao Governo, mas recusam fazê-lo unilateralmente.

A Sonangol comunicou-nos que, embora se pudessem melhorar algumas coisas, os dados necessários estavam disponíveis e que, dada a sua sólida reputação internacional, não tinha qualquer problema em atrair financiamento de projectos a taxas favoráveis.

Todas as partes concordaram com o princípio básico de maior transparência e que deveria estar presente em qualquer proposta que seja levada avante. O Banco colaborará com o Governo e outros parceiros na resolução das questões de transparência e de governação através de uma variedade de instrumentos, tais como o crédito proposto para Assistência Técnica à Gestão Económica, a Avaliação do Processo de Aquisições do País presentemente em curso e a futura Análise da Responsabilização Financeira e da Gestão das Despesas Públicas, bem como deste trabalho de assistência técnica na CSR.

QUESTÃO Nº 3 DA CSR: SOLUÇÕES ENERGÉTICAS ECONOMICAMENTE ACESSÍVEIS AOS POBRES

Durante a missão foi largamente discutida a questão do abastecimento de energia económica às populações mais desprotegidas de Angola. A nossa convicção inicial é que este tema iria provavelmente atrair o interesse da maioria, se não de todas, as companhias petrolíferas (competências fundamentais), do GoA (recuperação e desenvolvimento das infra-estruturas) e das ONGs (preocupações de ordem social e ambiental). Além do mais, sentimos que seria uma oportunidade para estabelecer metas realistas durante a fase piloto. As metas podiam incluir a aprovação de legislação ad-hoc pelo GoA destinada a criar infra-estruturas de energia nas áreas não abastecidas, a inclusão de energia economicamente acessível para o novo projecto de fábrica de liquefacção de gás, a criação de um fundo de energia de carácter privado e público para promover a obtenção de energia renovável ou mais limpa, etc.

Durante a missão, discutiram-se as tecnologias seguintes, potencialmente promissoras, para serem utilizadas em Angola:

- Energia solar. Pode ser utilizada para fornecer electricidade a pequenas comunidades e famílias em áreas sem acesso à rede (tanto urbana como rural). Implicações para as

clínicas de saúde (refrigeração de medicamentos), abastecimento de água (funcionamento das bombas), e telecomunicações (rádio e TV por satélite, funcionamento de telefones celulares, quiosques de Internet).

Neste momento, o GoA não tem uma estratégia clara para a utilização desta tecnologia. Entre as companhias petrolíferas, só a BP e a Shell têm produtos de energia solar (fotovoltaicos), e apenas a BP está interessada em levá-los para Angola. Actualmente a BP está a explorar a sua eventual importância futura e a decidir se irá ou não utilizar instalação fotovoltaica para além das suas actividades filantrópicas voluntárias estratégicas em Angola. Equiparam 2 escolas (uma em Luanda, uma em Viana, na zona periférica de Luanda), e prevêem equipar clínicas de modo a permitir a refrigeração de medicamentos (ainda não existe um plano específico pronto).

- **GLP.** O Gás Liquefeito de Petróleo (também conhecido por propano, butano ou uma mistura dos dois) é um derivado de menor valor do GLN (Gás Liquefeito Natural). O gás é normalmente transportado através de um oleoduto das jazidas de petróleo para a fábrica de liquefacção. O GLN é depois exportado por petroleiros especiais, e o GLP é normalmente engarrafado e distribuído para consumo local. O projecto de fábrica de GLN, um projecto da ordem dos vários milhares de milhões de dólares que envolve várias companhias (ChevronTexaco, BP, Exxon, Norsk Hydro, TotalFinaElf) e a Sonangol, produziria um montante considerável de GLP que podia cobrir alguma das necessidades do país de produção de energia e de energia para cozinhar. De referir ainda que o Decreto 39/00 regula o impacto ambiental das actividades petrolíferas, incluindo chamas de gás. A comercialização de GLN numa estação transformadora podia ajudar a cumprir estas regulamentações.

Presentemente a Sonangol produz uma quantidade limitada de GLP no Bloco 0, e distribui-o no mercado interno em garrafas de várias dimensões e que é utilizado para cozinhar. Uma garrafa de 15kg vende-se no mercado retalhista por cerca de USD 2,40. Os preços são subsidiados. O GoA tem planos para reduzir os subsídios aos vários combustíveis derivados do petróleo, embora os subsídios permaneçam para o GLP.⁵

- **Hidroeléctrica.** As características geofísicas de Angola dão origem a um bom potencial de produção de energia hidroeléctrica, a ponto de Angola, em teoria, com esta tecnologia poder produzir electricidade suficiente para vir a exportar o excedente. Não existe, no entanto, interesse por parte das companhias petrolíferas. Além do mais, a fábrica de GLN produziria um excesso de GLP a ser utilizado na produção de energia eléctrica. Podiam construir-se estações pequenas e médias novas por todo o país, e as antigas estações alimentadas a diesel podiam ser modernizadas.

⁵Under this plan, subsidies will also remain effective for kerosene, which is mainly used for illumination lamps.

Embora as tecnologias discutidas acima sejam essenciais para o fornecimento de energia economicamente acessível e para o desenvolvimento social e económico de Angola, chegámos à conclusão que não é realista incluir o abastecimento de energia como uma parte integrante da experiência piloto CSR em Angola. Neste momento, existe pouco ou nenhum interesse por parte das companhias petrolíferas, uma coordenação inexistente ou limitada do GoA, e uma compreensão insuficiente por parte da sociedade civil – em parte por causa das muitas situações prementes que o país está a enfrentar – para que a existência de energia economicamente acessível pudesse ter um impacto positivo. Chegámos à conclusão que o fornecimento de energia económica não é uma opção viável.

QUESTÃO Nº 4 DA CSR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

Na sequência da missão de identificação, iniciaram-se negociações com o Fundo de Apoio Social (FAS) para se avaliar o interesse em integrar as actividades CSR no FAS III, cujas discussões prévias à avaliação estão presentemente em curso. Esta integração representaria uma alternativa adicional para as companhias que pretendam investir no desenvolvimento social e comunitário em Angola, o que está a tornar-se uma actividade CSR cada vez mais comum. Recentemente, várias companhias petrolíferas anunciaram iniciativas de desenvolvimento social em conjunto com vários parceiros participantes na sua implementação.

Fundo de Apoio Social (FAS):

O FAS é uma agência governamental, com uma identidade jurídica própria e autonomia financeira e administrativa. O FAS foi criado em 28 de Outubro de 1994 pelo Decreto 44/94 para implementar parte do crédito (2802 – A/ANG) negociado entre o Governo de Angola e o Banco Mundial em Outubro de 1995 e que entrou em vigor em 21 de Março de 1996. O FAS beneficia de um crédito do Banco Mundial com a participação do Governo de Angola e de doações bilaterais da Suécia, Noruega, Holanda, etc.

O objectivo do projecto **FAS II** é contribuir para a utilização sustentável dos serviços sociais e económicos básicos através de:

Parte A: Infraestrutura Social e Económica

Reforçar a infraestrutura social e económica em comunidades pobres (conforme determinado pelos indicadores económicos da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística do Mutuário) através do financiamento de Subprojectos em áreas tais como saúde, educação, água e saneamento, recuperação de estradas secundárias, gestão dos recursos naturais, instalações de armazenamento e pequenas instalações de irrigação.

Parte B: Aumento de Capacidade

Aumentar a eficácia e a sustentabilidade dos projectos comunitários mediante a criação de capacidade através de: (i) produção e divulgação de manuais técnicos; e (ii) prestação de serviços de consultoria técnica destinados a apoiar as actividades de formação profissional a nível da comunidade, dos parceiros implementadores, governo local e do próprio FAS.

Parte C: Supervisão e Avaliação

Aumentar o fluxo e a qualidade das informações sobre execução de projectos através de: (i) prestação de serviços de consultoria técnica para a supervisão do desempenho do projecto; (ii) apreciação qualitativa e avaliações do impacto dos projectos; (iii) revisões e análises das avaliações intercalares e finais e dos ensinamentos tirados; (iv) aquisição de material e equipamento para a execução da supervisão do projecto; e (v) programas de formação profissional na área de supervisão de projectos para os quadros do FAS.⁶

O **FAS III** está actualmente em fase de apreciação prévia e as negociações entre o Banco Mundial e o GoA estão marcadas para Julho de 2003. O FAS III será a expansão do FAS II na medida em que se propõe aumentar a cobertura de 9 para 18 províncias em todo o país e aumentar as remessas para acentuar a criação de capacidade. Propor-se-á um novo elemento para responder às necessidades dos grupos vulneráveis, que se centrará especificamente nas componentes seguintes: (i) participação e inclusão social, (ii) atribuição de poderes às organizações de base comunitária e à administração local e respectiva criação de capacidade, (iii) envolvimento cívico amplo, (iv) ligações reforçadas com o governo local e (v) apoio a um ambiente propício ao 'desenvolvimento favorável aos interesses da comunidade'.

QUESTÕES A PROSEGUIR: (1) CAPACIDADE DE ANGOLA MEDIANTE O RECRUTAMENTO DE QUADROS NACIONAIS, AUMENTO DE RECURSOS E RESPONSABILIZAÇÃO E (2) DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO

(1) Capacidade de Angola através dos Quadros de Pessoal, Aumento de Recursos e Responsabilização

“Todas as jazidas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos ... pertencem ao povo Angolano” (Lei 13/78 de 26 de Agosto de 1978).

O objectivo abrangente deste programa CSR em Angola é colaborar com o Governo de modo a garantir que os recursos do sector petrolífero sejam divididos mais equitativa e eficazmente entre o povo Angolano. Para tal, propomo-nos facilitar a discussão com o

⁶ Development Credit Agreement, Angola – Second Social Action Fund Project (FAS II) between Republic of Angola and International Development Association; Project ID# PO56393; 10/16/2000 – 2/29/2004; pp. 12-13.

GoA e as companhias petrolíferas com o intuito de: (1) conceber e oferecer aos Angolanos programas de educação e de formação relevantes para o sector petrolífero; (2) habilitar e fornecer incentivos para o desenvolvimento de mercados locais para abastecimento da indústria petrolífera; e (3) assegurar que as questões de responsabilização e de transparência estejam incluídas neste diálogo.

Actividades potenciais que podem ser incluídas:

- **Avaliação das necessidades e processos de recrutamento e de abastecimento das companhias petrolíferas e das companhias de serviços petrolíferos.**

Entrevistar as principais companhias petrolíferas em Angola (ou talvez iniciar este processo através do consórcio “Capacidade de Angola” MinPet / Sonangol) para determinar as necessidades de quadros a todos os níveis profissionais nas operações em Angola. Quantos empregos e que tipo de trabalho existirão cada ano? Quais as ocupações em que é mais fácil ou mais difícil encontrar Angolanos qualificados para as preencherem?

Onde é que as companhias adquirem os bens e serviços relacionados com as suas operações? Quais os factores que afectam a tomada de decisões relativas às aquisições? Nas aquisições deve incluir-se tudo, desde equipamento e serviços técnicos até “catering” e actividades de distração e de vida social.

- **Estudo e análise dos programas de educação e formação em Angola.**

Quantos anos de ensino obrigatório em Angola? Quantas escolas existem, de que tipo e de que nível (primário, secundário, terciário técnico, universitário)? Quantos alunos se matriculam anualmente?

Que tipos de programas são especificamente relevantes para a indústria petrolífera? Com que idade os alunos se podem inscrever nestes programas? Quantos recebem formação anualmente? Qual é o currículo escolar típico? Inclui cursos de gestão, ética empresarial, contabilidade?

Quais são as lacunas e as carências entre as necessidades de quadros declaradas das companhias petrolíferas e de serviços petrolíferos e as actuais oportunidades de educação e de formação profissional no país?

- **Diálogo/curso prático sobre educação e formação profissional a ser provavelmente convocado pelo Ministério da Educação.**

Existe consenso quanto à actual falta de adequação do sistema de ensino angolano para formar e educar estudantes a todos os níveis da vida profissional. As instituições são geralmente consideradas débeis; os seus quadros docentes são frequentemente mal pagos e insuficientemente preparados, e a maior parte das instalações são menos que adequadas. Não existe, normalmente, acesso à Internet. Existem algumas excepções dignas de registo, como a Escola de Petróleo em Sumbe, o Instituto Médio Industrial de Luanda e a Universidade Católica de Angola em Luanda. Mas estas

instituições só conseguem abrigar um certo número de estudantes que é muito inferior às necessidades do país.

Existem alguns dados actuais sobre escolas, universidades e centros de formação técnica do Ministério da Educação, mas é necessária uma previsão para a próxima década. O Ministério do Plano está a trabalhar em projecções estatísticas relevantes para o desenvolvimento social e económico de Angola para os próximos 10 anos. Serão incluídas as projecções sobre as necessidades do sistema de educação (por exemplo, o número de estudantes/escolas, localizações geográficas, curricula escolares, etc.). O Ministério da Educação podia utilizar esta informação para os seus próprios fins de planeamento. O Ministério da Indústria está também profundamente dependente destas projecções sobre desenvolvimento económico.

Um curso prático (workshop), que podia ser convocado pelo Ministério da Educação, iria facilitar a recolha de dados e permitir que cada universidade ou programas de formação relevantes (ver Anexo 2) partilhassem as suas experiências e discutissem em colaboração as medidas destinadas a melhorar as oportunidades de educação. Podia contemplar-se um programa conjunto para petróleo e geologia entre duas ou mais instituições. Igualmente, deveria explorar-se a ideia de um curriculum compreensivo para a região SADC no que respeita a indústria petrolífera e mineira (esta ideia começou a ser ventilada em 2000).

- **Estudo e análise das pequenas e médias empresas em Angola a serem possivelmente conduzidos em conjunto com o PNUD.**

Que tipos de empresas locais existem tanto no sector formal como no informal? Tendem a estar concentradas em redor de certas áreas? Em caso afirmativo, quais são essas áreas? Quais as variáveis que funcionam como um estímulo em certas zonas e como um obstáculo noutras?

Existe alguma pesquisa relevante que pode ter um papel informativo neste estudo, como é o caso do estudo “Promoting the Urban Micro-Enterprise Sector in Angola” por Fion de Vletter que foi encomendado pela Organização Internacional da Migração (IOM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quais são as lacunas e as carências entre as necessidades declaradas de aquisições das companhias petrolíferas e de serviços petrolíferos e a oferta existente nos mercados locais?

- **Diálogo/curso prático (workshop) sobre o crescimento económico e capacidade empresarial local convocado possivelmente pela Câmara de Comércio de Angola.**

As associações de empresas como a Câmara de Comércio de Angola (ver Anexo 3) podiam lançar discussões e actividades para promover o crescimento económico e a capacidade empresarial. Esta iniciativa teria de estar estreitamente relacionada com a

procura de bens e serviços produzidos localmente expressa pelas principais companhias petrolíferas e de serviços petrolíferos.

- **Curso prático (workshop) para os intervenientes ou outro tipo de fórum para discutir cenários possíveis destinados a encontrar soluções para as lacunas identificadas entre as necessidades da indústria e as oportunidades existentes de educação/formação profissional bem como as questões respeitantes ao mercado da oferta.**

O diálogo iria apresentar as conclusões dos estudos e discutir as possibilidades de se conceberem e oferecerem programas de educação/formação profissional para se resolverem estas questões. Este fórum seria informado por recomendações da equipa CSR do Banco Mundial, embora não tenha que as seguir. O objectivo seria convocar um grupo dinâmico e sustentável de intervenientes interessados do GoA (incluindo os Ministérios do Petróleo, Plano, Educação e Indústria), da indústria petrolífera liderada pela Sonangol (e de outras áreas relevantes, se necessário) e dos representantes influentes da sociedade civil que se considerem à frente do seu tempo para poderem ter uma eventual contribuição valiosa neste processo. Este grupo poderá já existir, ou pelo menos em parte, sob a forma do consórcio “Capacidade de Angola”, sob a égide do MinPet e da Sonangol. O propósito de reunir este tipo de grupo seria criar um fórum permanente para discutir estas questões.

- **Conferências dos responsáveis pela tomada de decisões sobre os papéis a desempenhar a fim de se apoiar o reforço da CSR, relacionados com os quadros de pessoal, abastecimento local e responsabilização.**

Dependendo das discussões e das necessidades identificadas durante o curso prático (workshop)/fórum dos intervenientes, é uma medida que pode ou não ser considerada necessária. Pode também estar em parte dependente do clima de à vontade existente no diálogo entre os três sectores e da necessidade de confidencialidade manifestada.

(2) Desenvolvimento Social e Comunitário

- Convocar uma reunião das companhias potencialmente interessadas, autoridades governamentais e do Comité Directivo do FAS para discutir oportunidades de criação de parcerias para o desenvolvimento social (data prevista: fins de Fevereiro em Luanda).

AS CONTRIBUIÇÕES QUE CADA UM DOS SECTORES PODE DAR

Sector Público:

A boa prática observada noutros países sugere que os papéis do sector público podem ser agrupados da forma seguinte⁷:

⁷ For further details, see “Public Sector Roles in Strengthening Corporate Social Responsibility”, Fox, Ward and Howard, September 2002, The World Bank, Washington DC.

- **Mandato:** Com a capacidade de impor mandatos, os governos, nos seus diferentes níveis, determinam políticas claras, que se enquadram na estrutura legal.
- **Impulso:** No âmbito do seu papel de impulsionadores, as agências do sector público facilitam ou incentivam as companhias a comprometerem-se com a agenda da CSR. Em muitas das vias possíveis dentro deste capítulo, o sector público desempenha um papel catalizador, secundário ou simplesmente de apoio.
- **Parceiro:** A noção de parceria é capital para a agenda da CSR, ao reunir as capacidades e elementos informativos suplementares do sector público, do sector privado e da sociedade civil para tentar resolver os objectivos partilhados. No seu papel de promotor de parcerias, os órgãos do sector público podem actuar como participantes, convocadores ou impulsionadores.
- **Endosso:** O endosso do sector público pode tomar várias formas, incluindo a introdução de tópicos da CSR em documentos de políticas e o reconhecimento directo dos esforços de empresas individuais.

Sector Privado:

Os impactos na CSR do sector privado fazem sentir-se em variadíssimos níveis, a saber⁸:

- Impactos económicos directos – através de clientes, abastecedores, empregados, fornecedores de capital, entradas de investimento.
- Governação das sociedades comerciais – através da estrutura e administração, envolvimento dos intervenientes, políticas abrangentes e sistemas de gestão.
- Ambiental – incluindo materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e desperdícios, fornecedores, produtos e serviços, cumprimento das normas, transportes.
- Social – através de práticas laborais e de trabalho justo, incluindo emprego, relações funcionários/gestão, saúde e segurança, formação profissional e educação, diversidade e oportunidade.
- Social – através de direitos humanos, incluindo estratégia e gestão, não discriminação, liberdade de associação e negociação colectiva, trabalho infantil, trabalho forçado e obrigatório, práticas disciplinares, direitos indígenas.
- Social – através da sociedade, incluindo desenvolvimento comunitário, aumento de consciencialização contra os subornos e a corrupção, competitividade e fixação de preços
- Social – responsabilidade pelo produto através da saúde e segurança do cliente, produtos e serviços, publicidade, respeito pela privacidade.

Sociedade Civil:

Os potenciais papéis da sociedade civil podem compreender⁹:

⁸ Tables are based on indicators in the GRI Framework, with a few additions and changes. See *Sustainability Reporting Guidelines*, Global Reporting Initiative, 2002, p.36.

⁹ Table is based on ideas set forward by Mike Edwards, Sr. Civil Society Specialist at The World Bank; see <http://www.devinit.org/civilsociety.htm>.

- Criação de consenso quanto a reformas económicas, encorajamento de alianças positivas no seio da sociedade civil e impulsionamento de um desenvolvimento a longo prazo.
- Promoção de transparência e responsabilização institucional, combate à corrupção e alargamento da base responsável pela tomada de decisões.
- Combate à desigualdade e à exclusão, promoção e protecção dos direitos humanos, e influência na qualidade e distribuição do crescimento económico.
- Prestação de serviços sociais e económicos utilizando valores e métodos alternativos.
- Melhoria da gestão dos recursos naturais e da protecção ambiental.
- Criação de comunidades de apoio à redução da pobreza, ao desenvolvimento sustentável e à cooperação internacional.
- Promoção do activismo dos consumidores.

Instituições:

Entre os indicadores sistemáticos que afectam o clima propício à CSR contam-se:

- Sistemas jurídicos e legislação
- Direitos de propriedade
- Estabilidade política
- Associações comerciais
- Consumidores
- Grupos de cidadãos
- Órgãos de comunicação
- Outros mecanismos formais e informais.

PRÓXIMAS MEDIDAS PROPOSTAS

Depois de esta proposta de AT ser submetida aos Ministérios do Petróleo e do Plano e receber o respectivo endosso destas instituições, apresentam-se a seguir uma série de medidas adicionais destinadas a levar avante o projecto. Agradecemos desde os eventuais contributos dos Ministérios e outros interessados a quem este estudo seja distribuído.

1. Determinar o interesse do governo e das empresas em entrarem em parceria para várias actividades de CSR propostas neste relatório – Capacidade de Angola, transparência, bem como actividades de desenvolvimento social e comunitário.
2. Avaliar as necessidades de contratação de pessoal e de aquisições das companhias petrolíferas e de serviços petrolíferos e examinar os respectivos processos.
3. Efectuar um levantamento e uma análise dos programas de educação e de formação profissional em Angola.
4. Convocar/participar no diálogo/course prático (workshop) sobre educação e formação profissional.
5. Efectuar um levantamento e uma análise das pequenas e médias empresas em Angola.

6. Convocar/participar no diálogo/corso prático sobre crescimento económico e o empresariado.
7. Convocar um curso prático ou outro fórum dos intervenientes para encontrar uma solução para as lacunas identificadas entre as necessidades da indústria e as oportunidades de educação/formação profissional bem como das questões do mercado de oferta local.
8. Conceber e conduzir conferências para os responsáveis pela adopção de medidas sobre os papéis de apoio a desempenhar para reforçar a CSR, relativamente aos quadros de funcionários, aquisições e responsabilização.
9. Convocar reuniões de empresas potencialmente interessadas, autoridades governamentais e Comité Directivo do FAS para discutir oportunidades de parcerias destinadas ao desenvolvimento social (data prevista: fins de Fevereiro em Luanda).
10. Discutir e conceber acordos de financiamento para o programa CSR. Parte da assistência técnica subsequente envolverá uma análise profunda a mecanismos financeiros alternativos para ajudar a assegurar a viabilidade dos planos do Governo relativos à “Capacidade de Angola” e à transparência.

ANEXOS:

1. Lista de reuniões e contactos da missão do Banco Mundial, de 20 a 26 de Outubro de 2002.
2. Universidades, Escolas, Centros de Formação Profissional
3. Associações empresariais
4. Estatutos de Angola sobre Responsabilidade Social das Empresas, preparados por Agostinho Pereira de Miranda, Outubro de 2002
5. Jornal de Angola - artigo de Augusto Alfredo, “Petróleos procuram maior angolanização do sector”, 21 de Outubro de 2002.